

# RELAÇÕES ENTRE A TEORIA DOS ATOS DE FALA E QUADRINHOS HUMORÍSTICOS

Leosmar Aparecido da SILVA\*

## RESUMO

Neste artigo, pretendemos descrever e problematizar os conceitos básicos da Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida e debatida por J. L. Austin em *How to do things with words* (1976). Para isso, utilizaremos algumas tiras que contemplam atos de fala. Falaremos, também, sobre a presença dos atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários nos textos analisados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atos de fala – Quadrinhos – Performatividade – Humor.

## 1. Considerações iniciais

A Teoria dos Atos de Fala nasceu na filosofia da linguagem e tem como base doze conferências de Austin, publicadas sob o título *How to do things with words* em 1976. A grande contribuição de Austin para a lingüística foi considerar a linguagem como forma de ação. Dessa forma, a Teoria dos Atos de Fala tem importância significativa para a pragmática, a qual estuda as condições que governam a utilização da linguagem, os fatores lingüísticos e extralingüísticos que contribuem para a produção de sentido numa dada situação comunicativa.

Em seqüências específicas de enunciados, muitas vezes, os aspectos fônicos, sintáticos e semânticos do sistema de uma língua não conseguem explicar, por si só, como são construídos, por exemplo, o humor, a ironia, o subentendido e outros fenômenos. Assim, não é novidade que os usuários da língua normalmente comunicam muito mais do que as palavras e frases significam. Daí, a pragmática, como um dos domínios da lingüística, contribui para a análise e compreensão daquilo que ultrapassa os limites da sintaxe e da semântica. Nesse sentido, num primeiro momento, descreveremos e problematizaremos a teoria austiniana e, depois, a aplicaremos à análise de quatro tiras - narrativas seqüenciais que se caracterizam pelo humor, que, por sua vez, é produzido normalmente por fatores lingüísticos e extralingüísticos.

---

\* Mestre em Letras e Lingüística pela UFG. Professor de Língua Portuguesa e Lingüística da Universidade Estadual de Goiás – UnU *Cora Coralina* – Goiás. leosmarsilva@hotmail.com

que as palavras e frases significam. Daí, a pragmática, como um dos domínios da lingüística, contribui para a análise e compreensão daquilo que ultrapassa os limites da sintaxe e da semântica. Nesse sentido, num primeiro momento, descreveremos e problematizaremos a teoria austiniana e, depois, a aplicaremos à análise de quatro tiras - narrativas seqüenciais que se caracterizam pelo humor, que, por sua vez, é produzido normalmente por fatores lingüísticos e extralingüísticos.

## **2. Postulações teóricas de Austin**

Na primeira conferência de *How to do things with words*, Austin (1976) faz uma distinção entre constativos e performativos. Para ele, os constativos seriam uma espécie de declaração factual, descritiva, enquanto que os performativos são realizações de ações pelo simples fato de dizer, isso em circunstâncias apropriadas e por falantes autorizados. Alguém autorizado, institucionalmente, a dizer, por exemplo, “eu nomeio este navio Rainha Elizabeth”, em circunstância adequada, realiza uma ação por meio da palavra.

Posteriormente, na mesma obra, Austin (1976) deixa de lado a distinção entre constativo e performativo para dizer que todos os atos de fala constituem performativos, implícitos ou explícitos. Dessa forma, dizer “eu prometo que estarei lá” (AUSTIN, 1976, p. 69) constitui um performativo explícito, uma vez que o verbo prometer aparece na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. Já o enunciado “eu estarei lá” não apresenta, de forma explícita, o verbo performativo, mas a noção de promessa está subentendida.

Segundo Ilari (2002, p. 28), é possível realizar várias ações diferentes a partir do mesmo conteúdo utilizando os modos do verbo e outros recursos lingüísticos; assim, o conteúdo “cachorro + estar preso” poder ser objeto de: uma informação ( “o cachorro está preso”); uma pergunta (“o cachorro está preso?”); uma reação de surpresa (“minha nossa! O cachorro está preso há três dias!”); uma reação de dúvida ou perplexidade (“o cachorro está preso?! De onde você tirou essa idéia?”); um desejo (“tomara que o cachorro esteja preso.”); uma ordem (“prenda o cachorro [ para que as visitas possam entrar]”).

Austin tentou classificar os verbos do Inglês, mesmo que desconfortavelmente, em cinco grupos performativos: veriditivos, exercitivos, comissivos, comportamentais e expositivos. Essa classificação pode ser, contudo, problematizada, tendo-se em vista que não há um limite entre o início e o término de um ato.

Se um ato deve considerar o que é dito, o que o interlocutor entende, a força do dito e o seu efeito, num determinado enunciado, o interlocutor pode entender uma ordem como um pedido ou um pedido como uma ordem. Segundo Rajagopalan (1992) as tentativas de classificar os atos têm sido desastrosas, já que eles constituem unidades irreduzíveis. Além disso, as situações em que os atos ilocucionários aparecem extravasam para turnos descontínuos, em vez de se restringir a um só falante ou turno de fala. É o que ocorre, por exemplo, quando alguém começa a dizer algo e o outro continua a sua fala. Outros motivos comprovam que o ato ilocucionário não é redutível a uma classificação metódica e restrita. Os atos de fala produzidos pelo corpo, por exemplo, como poderiam ser classificados? Haveria uma maneira de dizer, por exemplo, que o modo como determinada pessoa utiliza o corpo revela um exercício de julgamento e, portanto, esse ato seria veriditivo?

Sem dúvida, o corpo também produz ilocução, tanto é que Austin fala dos *physical acts* (o “dar de ombros”), mas como estabelecer uma taxionomia específica a um ato de fala sendo que, muitas vezes, o corpo do produtor do enunciado diz o contrário? Como se resolveriam os casos em que há uso de inferências, subentendidos, pressupostos e ironias e suas relações com o corpo?

Para tentar responder a todos esses questionamentos, é preciso entender o que Austin diz sobre as condições de felicidade e infelicidade dos performativos. A partir da segunda conferência, Austin afirma que, para que haja um performativo feliz, é necessário que exista um procedimento convencional, a certeza de um efeito convencional, as palavras adequadas proferidas pelas pessoas adequadas nas circunstâncias adequadas, e todo o rito deve ser executado por todos os participantes de forma correta e completa. Nas condições felizes, ocorre o que Austin chama de *uptake*, compreendido como “apreensão”, ou seja, “que o ‘objetivo ilocucionário’ foi realizado através de sua força”. (OTTONI, 1988, p. 81). Assim, um noivo dizer para sua noiva, numa Igreja, diante de um padre e de testemunhas,

“sim, eu aceito (casar-me com você)” constitui um performativo feliz porque atende a todas as exigências do rito “casamento”. Se, contudo, o irmão da noiva diz “eu aceito” no casamento, o performativo não acontece, tendo-se em vista que aquele que o enunciou não estava autorizado para realizá-lo conforme as convenções do rito.

Há casos, porém, em que o performativo se realiza, mas apenas como ato verbal. Austin o chama de “abuso”. Nele, o ato é professado, mas vazio. Esse “esvaziamento” do ato pode ocorrer por *insinceridade* (alguém prometer algo, mas não ter a intenção de cumprir) ou por outro processo que Austin não nomeia, em que o enunciador do ato tem bons *sentimentos, pensamentos e intenções* (AUSTIN, 1976, p. 40), mas o seu interlocutor não acredita no que ele diz. Assim, o enunciador pode dizer algo do tipo “desejo-lhe felicidade” sem necessariamente querer desejar isso para seu interlocutor ou pode ocorrer de ele ser sincero ao desejar felicidade ao outro e este não acreditar no desejo daquele.

Se considerada apenas a interação entre os personagens das tiras, o que ocorre, normalmente, são os performativos infelizes, uma vez que, no último quadrinho, há sempre quebra de expectativa para os envolvidos no ato. No caso do leitor, essa quebra de expectativa já é esperada porque é ela que garantirá (ou não) o efeito de humor.

Antes de determos-nos na análise das tiras, é importante problematizar a noção de intenção em Austin. Segundo Plaza-Pinto (2003, p.102), a intenção parece estar presente nas primeiras conferências de Austin, já que o sucesso ou o fracasso do enunciado performativo “se sustenta pelo que o/a falante intenciona para o enunciado que ele/a produz, tratando, portanto, as convenções ritualizadas do enunciado como um contexto possível de ser saturado, de ser dado como totalmente determinável”.

Na oitava conferência, Austin (1976) distingue três tipos de atos: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. O ato locucionário é aquele em que se diz algo, constitui-se na emissão de um conjunto organizado de sons. O ato ilocucionário é constituído de uma determinada força associada a um significado. Assim, a ilocução pode ter a força de uma promessa, de um julgamento, de uma declaração, de uma pergunta etc. Já o ato perlocucionário consiste no efeito do dito no interlocutor. Dessa forma, é possível que o falante diga “eu argumento... eu previno...”, mas é impossível que ele diga “eu convenço

“você... eu assusto você...” porque a argumentação e a prevenção são forças (ilocucionárias) próprias daquele que fala, enquanto que a efetivação de um convencimento ou de um susto é o efeito de uma força no interlocutor e, portanto, um ato perlocucionário.

Ao fazer a distinção desses três atos, Austin se sustenta mais fortemente com a noção de *uptake*, que seria uma espécie de “reconhecimento entre os interlocutores de que algo está assegurado, de que o ‘objetivo ilocucionário’ foi realizado através de sua força” (OTTONI, 1998, p.81). Dessa forma, o falante não é o “sabedor” de todas as forças produzidas por um ato de fala, mas apenas um integrante dele, que necessita da presença do outro para se constituir.

É por esse motivo que um enunciado performativo não realiza o seu objetivo ilocucionário somente pela materialidade lingüística ou pela intenção, mas por todo um conjunto de fatores que o permeiam, inclusive, a influência do corpo físico sobre o ato de fala. Plaza-Pinto (2003, p. 105) diz que “a impossibilidade do controle intencional das forças de um ato de fala exclui a unicidade própria à idéia de ‘efeito mental’ e desloca os limites da ação do ato de fala para além da ilocução – para o campo controverso do corpo que fala.”

A teoria de Austin foi estudada por vários autores, dentre eles Searle (1981 e Derrida (1991). Para Searle (1981), todo ato de fala possui um conteúdo proposicional e uma força ilocucionária. Ele deixa de lado problemas abrangentes e analisa conceitos cristalizados como, por exemplo, o dever e a obrigação no caso particular da promessa. Assim, para que uma promessa seja um performativo em que fala e ação coincidam, é preciso que haja certas condições práticas e praticáveis<sup>1</sup>. Derrida (1991), ao contrário, não faz a bipartição entre fala e ação. Para ele, ao dizer algo a ação já se realiza. Como autor da teoria da desconstrução, Derrida (1994) diz que, ao desconstruirmos, estamos construindo um novo sentido, em um outro contexto. Ocultar o que se pretende dizer por meio de metáforas, figurativizações, iconografias, ações do corpo é uma estratégia que permite falar

---

<sup>1</sup> Consideramos aqui as nove condições apontadas por Searle (1981) para que um enunciado seja performativo: *condição contextual, condição semântica, condição de circunstâncias temporais relevantes, primeiro pressuposto da promessa, segundo pressuposto da promessa, condição de lealdade, obrigação moral, condição de ordem superior, condição de institucionalização.*

muito mais do que se observa na superfície dos sinais gráficos ou acústicos. Assim, o ato de fala não produziria efeito apenas pela relação entre falante/intenção, mas produziria uma “polissemia irredutível” . Dessa forma, Dosse (1994, p. 40) confirma que

a desconstrução permanece fiel à valorização atribuída à esfera escondida, ao inconsciente, mas permite sobretudo a pluralização, a disseminação, na medida em que faz estourar a referência a um centro estrutural, à unicidade de um princípio estruturante qualquer. É uma verdadeira estratégia que Derrida vai desenvolver em relação à razão ocidental: “a estratégia da desconstrução é o estratagema que permite falar, no próprio momento em que não existe, no fim das contas, nada mais a dizer”.

Passemos agora à análise de quatro tiras publicadas em meio de comunicação diária, considerando-se alguns dos postulados teóricos vistos até o momento.

### 3. Análise de quadrinhos à luz da Teoria dos Atos de Fala

Tomemos como primeiro objeto de análise uma tira de Luís Fernando Veríssimo:



*Aventuras da família Brasil. Parte II. Porto Alegre: L&PM, 1993, p.25*

Observemos que ao apresentar o namorado para seus pais, a filha realiza performativos, ou seja, ela realiza duas afirmações: “(eu afirmo que) este é o Mongo.” E “(eu afirmo que) ele faz teatro”. Contudo, quando o pai diz “Shakespeare?”, está querendo ser simpático e iniciar uma

conversa, perguntando ao rapaz, que faz teatro, se ele encena ou se já encenou peças de William Shakespeare. O pai partiu do pressuposto de que quem faz teatro conhece alguma peça do dramaturgo inglês, expectativa que é quebrada (tanto para o pai quanto para o leitor da tira) quando o namorado diz: “não, obrigado. Mas um cafezinho eu aceito”. Imaginando que Shakespeare talvez fosse algo de comer ou beber, o namorado dá outra dimensão à força ilocucionária da fala do pai. Diante desse fato, o efeito da fala do pai não foi o esperado, mas houve conseqüência: para o leitor, o humor; para o pai, a perplexidade diante do fato de um rapaz realizar a ação de dizer que faz teatro e não conhecer Shakespeare.

Como já dissemos anteriormente, segundo Austin (1976, p. 14), para que um performativo seja feliz, “é preciso existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas e em certas circunstâncias”. No caso da tira, tudo isso, até certo momento, estava nas “condições de felicidade” e, portanto, o performativo final se realizaria com sucesso, mas, com “falha” no último quadro, o performativo acontece nas condições de infelicidade.

A mesma quebra de expectativa em relação ao efeito daquilo que é dito acontece na tira abaixo, o que garante o efeito de humor.



HAGAR, o horrível. *Folha de S. Paulo*. Ilustrada. 18 de jul. 2000. p 7

No primeiro quadrinho, pode-se observar que, na fala de Hagar, existe uma omissão da parte da pergunta de seu interlocutor que poderia ser repetida na resposta, dessa forma: “o doutor Zook disse que eu tenho de parar de beber, de comer demais e de ficar fora

até tarde.”, mas os personagens estão vivenciando uma situação de interação, por isso, a ausência da primeira parte da pergunta não prejudica a compreensão do texto.

No segundo quadrinho, quando Hagar diz que o médico recomendou mudanças de hábitos e concorda com isso, o leitor espera que ele realmente faça as mudanças sugeridas pelo médico, mas as reticências desse quadrinho preparam o leitor para a surpresa final: Hagar não está disposto a parar de beber, comer demais e ficar fora até tarde. Para ele, a mudança de médico é mais viável. Observe-se que, neste segundo quadrinho, há, supostamente, um performativo implícito do tipo comissivo, em que, nas palavras de Austin, assume-se um compromisso ou declara-se uma intenção. Fica evidente, porém, ao observarmos o último quadrinho, que não há consonância entre aquilo que é esperado pelo interlocutor de Hagar (e de seus leitores) e aquilo que o próprio Hagar deseja: conservar seus vícios.

A situação descrita pelo autor da tira e performada por Hagar tem relação como o que diz Austin (1976, p. 42):

Se alguns de nossos pensamentos são incorretos (em oposição a insincero), isto pode resultar em uma infelicidade de diferente tipo:

[...]

b) “Eu o aconselho a fazer X” é um enunciado performativo. Consideremos o caso de alguém que aconselha outra pessoa a fazer algo que, de fato não lhe seja interessante, mesmo que aquele que aconselhou pense que o seja. Este caso é diferente, posto que aqui inexistente a intenção de pensar que o ato de aconselhar possa ser nulo ou anulável, e do mesmo modo, inexistente a tentação de se pensar que seja insincero. O melhor é introduzir aqui uma nova dimensão de crítica – diremos tratar-se de um *mau* conselho.

Vejamos que, na tira, o aconselhamento do médico não deixou de ser um enunciado performativo pelo simples fato de Hagar não achar interessante deixar os vícios nos quais vivia. Pode-se considerar que o personagem Hagar considerou um “*mau* conselho” a primeira parte das orientações do médico, mas concordou com ele que deveria fazer mudanças – o segundo conselho – só que uma mudança que gera surpresa no leitor da tira e no interlocutor de Hagar.



Segundo Corrêa; Portella (1994, p. 11), “o corpo físico dá unidade aos sujeitos humanos, é a pele da identidade. Constitui o invólucro de um interior cindido e em tensão permanente. A tensão entre paixões/apetites e razão/consciência renasce complexificada na teoria psicanalítica.”. Vejamos o cartum abaixo para, posteriormente, fazermos as relações entre corpo e linguagem:



Folha de S. Paulo, 26/9/94.

Se relacionarmos atos de fala e corpo, verificaremos que, muitas vezes, o corpo fala o que as palavras mascaram. Pode-se dizer, por exemplo, a expressão “Que bonito!” fazendo-se uma ironia a algum ato não convencional que foi praticado por um sujeito e que o seu interlocutor não o aprovou. Dessa forma, o que acontece, muitas vezes, é que o uso do corpo para expressar algum sentimento ou ação revela muito mais sentido do que as palavras que são proferidas pelo sujeito, que tem no corpo a “pele da identidade”. Austin (1976, p. 112) faz referência aos *physical actions* para referir-se ao “dar de ombros”, ao “não se importar com algo”. Esses *physical actions* produzem, também, ilocução, uma vez que o corpo marca a quebra entre o ato e as conseqüências, perpassando a estreita relação entre ilocução e perlocução. Isso pode ser percebido na tira acima, em que a personagem feminina, expressando-se numa linguagem coloquial evidenciada nas frases “não tô nem aí!” e “eu hein Rosa!”, porque a situação de comunicação permite tal uso, assume um ato de fala de mulher liberal e moderna, porém, suas ações contradizem-na, evidenciando um

caráter possessivo e conservador. Essa evidência é perceptível pela força entoacional da fala do último quadrinho e pela presença da poltrona sendo jogada no marido, fato em que se entrevê a ação do corpo “em dizendo” outra coisa diferente do que a voz disse. O marido, ao dizer “você não tá brava só porque vou jantar com uma amiga?”, já prevê o efeito perlocucionário de sua fala em relação à sua esposa porque ele sabe que, segundo os ritos de um casamento, não é muito aceitável que o par masculino saia com uma amiga para jantar enquanto o par feminino fica em casa. Além disso, pode-se observar que o uso do termo “só” na fala do marido foi a maneira que ele encontrou para minimizar uma ação (jantar com uma amiga) que, para a esposa, seria uma afronta.

O que temos dito até agora sobre atos de fala e corpo pode ser reforçado por Plaza-Pinto (2003, p. 105) “o sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo”.

Na seqüência dessa reflexão sobre as relações entre corpo e atos de fala, é importante observarmos a tira que se segue:



Folha de São Paulo, 25/04/1993

Novamente, deparamo-nos com uma seqüência de quadrinhos em que se verifica uma crítica à instituição casamento. Observemos na tira que o casal estabelece um diálogo.

Na pergunta do marido no primeiro quadrinho, “que olhar é esse, Dalila?”, temos um caso de implicatura, visto que, ao perguntar isso, provavelmente o marido percebeu que o olhar da mulher naquele momento está diferente do olhar que, normalmente, ela costuma ter. A resposta da mulher, no segundo quadrinho, é reveladora de toda sua frustração em relação ao desgaste da relação amorosa que vive, sem sintonia e sem afetividade. A comprovação de que a queixa da mulher é justificável está na fala do marido no último quadrinho em que ele diz: “sorte! Pensei que fosse conjuntivite”. Com esse performativo, o marido revela toda a sua indiferença em relação à mulher. Revela-se muito mais preocupado com as doenças do corpo do que com as doenças emocionais.

Nesse quadrinho, observa-se novamente a presença do *physical actions* de que nos fala Austin (1976), o “dar de ombros”, só que desta vez ele acontece de forma diferente do texto III. Aqui, o “dar de ombros” revela a essência do quadrinho: a indiferença do marido em relação aos problemas de desgaste no casamento, portanto, a força ilocucionária do gesto corresponde àquilo que o marido pensa e sente. Lá, ao contrário, “o dar de ombros” expresso verbalmente não corresponde ao que o corpo diz.

Na filosofia ocidental, o corpo apresenta uma conceitualização problemática, visto que, normalmente, o ser humano é concebido como dotado de características dicotômicas: mente/corpo, razão/paixão, sensatez/sensibilidade, psicologia/fisiologia, forma/matéria, masculinidade/feminilidade. Não obstante em apenas dicotomizar o ser humano, percebe-se uma hierarquização de um dos elementos do par em detrimento do outro, ou seja, há um privilégio do termo primário ou dominante ao mesmo tempo em que ocorre a limitação de seu oposto. Diante disso, Grosz (2000, p. 67) afirma que “a oposição macho/fêmea tem sido intimamente aliada à oposição mente/corpo”, ou seja, normalmente, o homem é relacionado à mente/razão e a mulher é relacionada ao corpo, fato que a autora desaprova e propõe maneiras de se evitar tais dicotomizações. Para Grosz (2000), o pensamento misógino compreende o corpo feminino como frágil, imperfeito, não confiável, desregrado. Tudo isso para explicar as posições sociais e as capacidades cognitivas diferentes (desiguais) dos dois sexos. Assim, as mulheres são consideradas mais biológicas e mais corporais.

Essas considerações teóricas podem ser percebidas nos atos de fala da tira ora analisada. O marido está lendo, ou seja, dedicando-se ao exercício cognitivo, da mente, da razão e a sua preocupação com a mulher é uma preocupação que se limita ao corpo físico. Sorte dela que o problema não seja “uma conjuntivite”, diz ele. Mas o que aflige a nossa personagem feminina é algo psíquico, existencial, interpessoal, passível de reflexões que envolvem a razão, o pensamento, a emoção. Daí a recusa de Grosz em associar a corporalidade a apenas um sexo (ou raça) e a sua proposta de reconceitualizar o corpo numa análise interativa entre suas dimensões psíquica e social.

#### **4. Considerações finais**

É fato que poderíamos nos centrar apenas na descrição teórica, sem nos preocuparmos com a aplicação da teoria a um gênero tão específico como a tira e, daí, usarmos exemplos de situações e contextos aleatórios, já que, segundo alguns autores, a sentença constitui unidade padrão para a realização de um ato. Contrariamente ao que dizem esses autores, acreditamos na irredutibilidade do ato ilocucionário, visto que ele acontece também por intermédio de gestos, acrescido do assertiva de que um único enunciado pode ser representado por diversos atos ilocucionários, além de que as chamadas condições de felicidade associadas a cada ato parecem estar vinculadas a seqüências inteiras de atos. Assim, o ato extravasa para vários turnos descontínuos e não restringe a um só falante, tal como afirma Rajagopalan (1992, p. 115).

Tudo isso pode partir da pragmática, ciência do uso lingüístico, que tem como objeto a produção e a interpretação completa dos enunciados de uma língua que considera o ser humano como ser constituído e constituidor desse processo de representações: a linguagem.

#### **ABSTRACT**

SILVA, Leosmar Aparecido da. Relations between the Speech Acts and little fanny blocks. *Temporis[ação]*, Goiás, v. 1, nº 9, Jan/Dez 2007.

This paper aims to discuss the basic concepts of the Theory of the Speech Acts, by Austin, in *How to do things with words* (1976). For this, we will use some comic strips that contemplate Speech Acts. We will also enclose here, a discussion about the locutionary, ilocutionary and perlocutionary acts in these texts.

**Keywords:** Speech Acts – performative acts – mood

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.

BUTLER, Judith. Burning acts, injurious speech. In: *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

CORRÊA, Sônia. Corpo e heteronomia. In: CORRÊA, Sônia; PORTELLA, Ana Paula. *Corpo e heteronomia. Percursos da sexualidade feminina*. Recife: SOS Corpo, 1994.

DERRIDA, Jacques. Carta a um amigo japonês. In: OTTONI, Paulo (org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (Coleção Viagens da Voz).

\_\_\_\_\_. Fourmis. In: NEGRON, Nara (org.). *Lectures de la différence sexuelle*. Paris: Des Femmes, 1994.

\_\_\_\_\_. Signature événement contexte. In: *Limited Inc*. Paris: Éditions Galilée, 1990. [Tradução brasileira: DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991]

DOSSE, François. *História do estruturalismo, v. 2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias*. São Paulo: Ensaio, 1994.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, p. 45-86, 2000.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica – brincando com a gramática*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MASIP, Vicente. *Interpretação de textos – curso integrado de lógica e lingüística*. São Paulo: EPU, 2001.

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PLAZA-PINTO, Joana. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo? *Revista Gênero*, Niterói, v. 3, n. 1, 2003.

\_\_\_\_\_. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística*. V. 2. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A irredutabilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1992.

\_\_\_\_\_. Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 6, n. 2, 1990.

SEARLE, John R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, Almedina, 1981.